

Estudo Técnico Preliminar 16/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 23228.001364.2024-23

2. Descrição da necessidade

2.1. O objetivo deste estudo é a análise de viabilidade para a Contratação de Empresa Especializada em Serviços Continuados de Vigilância Patrimonial Armada, com Dedicção de Mão de Obra Exclusiva, a fim de atender demandas da Reitoria e Campi - Macapá, Avançado Oiapoque, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari - do Instituto Federal do Amapá.

2.2. Nos termos do art. 3º da lei 14.133/2021, os serviços a serem contratados são contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujo modelo de execução contratual exige, entre outros requisitos, que os empregados do contratado fiquem à disposição nas dependências do contratante para a prestação dos serviços; o contratado não compartilhe os recursos humanos e materiais disponíveis de uma contratação para execução simultânea de outros contratos; o contratado possibilite a fiscalização pelo contratante quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos humanos alocados aos seus contratos.

2.3. Trata-se de serviços de natureza comum que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, XIII, 14.133/2021).

2.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto Nº 9.507, de 21 de Setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante e não se enquadra no rol das vedações, ou seja, no rol dos serviços que não podem ser objeto de execução indireta na administração pública federal.

- **IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 24, § 10, I, E ANEXO III DA IN 05/2017)**

2.5. Considerando a missão institucional do Instituto Federal do Amapá -IFAP que se baseia na oferta pública de cursos de ensino, pesquisa, extensão e inovação, faz-se necessária a realização de processo licitatório para contratação de vigilância orgânica, a fim de assegurar a integridade do patrimônio público e o bom funcionamento das atividades finalísticas da instituição, de modo que a não contratação dos referidos serviços comprometem as condições de usabilidade das instalações, a melhoria do espaço físico funcional, o bem-estar, a saúde e a segurança da comunidade acadêmica e de servidores. Portanto, mostra-se urgente e necessária a contratação do serviço de vigilância, a fim de minorar e evitar ações de pessoas que possam vir adentrar as dependências das unidades e causar prejuízo, bem como coibir a ação de bandidos.

2.6. A Lei n. 9.632/98, extinguiu vários cargos vagos, integrantes da estrutura dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, bem como os cargos ocupados quando ocorrer a sua vacância;

2. 7. O Decreto n. 9.507, de 21 de setembro de 2018 dispõe em seu art. 3º que não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I – que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II – que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

III – que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV – que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.

2.8. Conforme o art. 1º, Inc. XXI, da Portaria nº 443, de 27 de dezembro de 2018, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, serão preferencialmente objeto de execução indireta, dentre outros, os seguintes serviços: XXI - segurança, vigilância patrimonial e brigada de incêndio.

2. 9. Tendo em vista que nos quadros atuais da Administração Pública inexistem servidores com habilitação nos serviços de vigilância armada, e considerando ainda que estas atividades se relacionam ao apoio logístico para o atendimento ao público interno e externo, não caracterizando assim a função principal da Instituição, a alternativa da terceirização vem-se traduzindo em otimização desses serviços.

2. 10. Atualmente, verifica-se uma tendência da Administração Pública em reconhecer a importância da realização dessas atividades por empresas especializadas, pois, com isso, desincumbem servidores e dirigentes do IFAP de atribuições que, apesar de relevantes, podem ser desenvolvidas perfeitamente por meio de prestação de serviços terceirizados.

2.11. Esta contratação será destinada ao atendimento das demandas de todos os Campi do IFAP - Macapá, Avançado Oiapoque, Santana, Porto Grande, Centro de Referência de Pedra Branca do Amapari e Campus Laranjal do Jari.

2.12. Os serviços a serem prestados compreendem atividades de vigilância patrimonial armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, de forma continuada, com fornecimento de uniformes (fardamento completo), complemento do uniforme (equipamentos e utensílios ostensivos e de segurança), veículo (motocicleta) e equipamentos próprios para os postos motorizados, e demais materiais necessários para as categorias fixadas pela Administração, cuja mão de obra atenda aos requisitos mínimos de qualificação profissional e capacitação para o desempenho das atribuições concernentes às suas funções, conforme as condições e normas internas da Instituição, observada a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT/Dissídio Coletivo de Trabalho e legislação pertinente.

2.13. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comum (ns), cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme da Lei nº 14.133, de 2021.

2.14. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas no Edital e seus Anexos, quanto às especificações do objeto.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - CAMPUS MACAPÁ	LUYGO SARMENTO GUEDES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO - CAMPUS SANTANA

TATIANE CRISTINA FERREIRA SANTOS TROMBIM

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO - CAMPUS PORTO GRANDE

JHONATAN DIAS GOMES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E
PLANEJAMENTO - CAMPUS LARANJAL DO JARI

BRUNA SUELEN PEREIRA CEBULISKI

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 O serviço, objeto desta contratação, é de natureza continuada, e deverá ser executado pela empresa contratada, obedecendo ao disposto na Lei de Licitações n. 14.133/21 e Instrução Normativa MP/SEGES n. 5 de 2017, bem como em conformidade com os termos da Portaria nº 3233/2012 - DG/DPF, DE 10 de dezembro de 2012 e suas alterações, que dispõe sobre as normas relacionadas às atividades de Segurança Privada, às Normas Regulamentadoras 16 e 17 do MTE, Convenção Coletiva de Trabalho – CCT ou Dissídio Coletivo de Trabalho, observada legislação trabalhista específica e demais normas pertinentes, bem como ao disposto nos artefatos do planejamento da contratação.

4.2 Os serviços a serem prestados compreendem atividades de vigilância patrimonial armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, de forma continuada, com fornecimento de uniformes (fardamento completo), complemento do uniforme (equipamentos e utensílios ostensivos e de segurança), veículo (motocicleta) e equipamentos próprios para os postos motorizados, e demais materiais necessários para as categorias fixadas pela Administração, cuja mão de obra atenda aos requisitos mínimos de qualificação profissional e capacitação para o desempenho das atribuições concernentes às suas funções, conforme as condições e normas internas da Instituição, observada a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT/Dissídio Coletivo de Trabalho e legislação pertinente, de forma que:

4.2.1. Não deverá ser permitida a participação de pessoa física nesta contratação, uma vez que a IN SEGES/ME nº 116, de 2021, estabelece que será ressalvada a participação de pessoas físicas nas licitações ou contratações diretas, “quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar”. No caso concreto, percebe-se que pessoas físicas não atendem aos requisitos de qualificação econômico financeira exigidos no edital.

4.2.2. Não deverá ser permitida a participação de cooperativas nesta contratação, visto que estas entidades não reúnem os requisitos necessários para o atendimento das necessidades da Administração. Conforme PARECER n. 00002/2023/DECOR/CGU/AGU, aprovado pelo DESPACHO DE APROVAÇÃO n. 00006/2023/SGPP/CGU/AGU, “...considera-se de difícil superação que as cooperativas, mesmo sob a lógica da nova lei, venham a participar de modo geral dos certames licitatórios para prestar serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, cujas características encontram-se bem delineadas no artigo 6º, XVI, da Lei nº 14.133/2021.

4.2.3. Não será permitida a participação de consórcios, uma vez que estas entidades destoam das características essenciais de uma empresa gestora de mão de obra para prestação de serviços na Administração Pública, tornando impraticável a seleção do fornecedor de maneira isonômica no processo licitatório e também a gestão do contrato.

4.3. A Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) da categoria profissional empregada nos serviços a serem contratados é: Vigilante: CBO 5173-30.

4.4. Na Classificação Brasileira de Ocupações (Anexo I), constam de forma sumária descrição das atividades vigilantes desempenhadas pelo profissional.

4.5. Deverá ser de responsabilidade da contratada o fornecimento de todos os EPI's, individual ou coletivo, necessários aos trabalhadores que prestarão os serviços, de acordo com a legislação vigente, garantindo-lhes sua segurança, além de providenciar o rigoroso treinamento de seus profissionais na execução dos serviços a serem desenvolvidos e seus aspectos de riscos.

• **REQUISITOS MÍNIMOS DE QUALIFICAÇÃO DA CATEGORIA PROFISSIONAL**

4.6. Os vigilantes a serem alocados aos serviços da Contratante deverão preencher os seguintes requisitos, nos termos do art. 16 da Lei nº 7.102/83 e do Código de Trânsito Brasileiro, para os postos de vigilância motorizada.

a) Ser brasileiro.

b) Ter idade mínima de 21 (vinte e um) anos.

c) Ter instrução correspondente à ensino médio completo.

d) Ter sido aprovado em curso de formação de vigilante, realizado em estabelecimento com funcionamento autorizado nos termos da Lei nº 7.102/83.

e) Conhecimento específico e experiência mínima de 06 (seis) meses na função;

f) Curso especial de direção defensiva na área de trânsito e carteira de habilitação em categoria mínima exigida, conforme veículo a ser utilizado na ronda, em consonância com o Código de Trânsito Brasileiro (este item IV é obrigatório apenas para os postos de vigilância motorizada, sendo necessário, no mínimo, 1 (um) vigilante de cada posto possuir a habilitação requerida).

g) Ter sido aprovado em exame psicotécnico e de saúde física e mental.

h) Não ter antecedentes criminais registrados.

i) Estar quite com as obrigações eleitorais e militares.

4.7. Os serviços terão início a contar da assinatura do contrato e serão executados ininterruptamente, de segunda-feira a domingo, em jornada de trabalho de 12x36 horas, de modo ostensivo e preventivo para guarda e proteção dos bens móveis e imóveis, de fiscalização, controle de acesso de pessoas, rondas nas áreas internas e externas e adjacentes.

4.8. Os postos de trabalhos poderão ser remanejados ou acrescidos, na forma da legislação vigente.

4.9. Os serviços deverão obedecer aos horários e postos estabelecidos, podendo a Contratante alterá-los a qualquer tempo, de acordo com suas necessidades, na forma da legislação e regime trabalhista vigente.

4.10. Salvo disposição em contrário constante em CCT ou Dissídio Coletivo de Trabalho vigente para as categorias, no estado do Amapá, dadas as peculiaridades do sistema de trabalho 12x36 e desde que o mesmo não seja ultrapassado ou compensado, nada será devido a título de horas extras e de repouso semanal remunerado, mesmo na ocorrência de trabalho em domingos e feriados.

4.11. Os salários dos profissionais utilizados na prestação dos serviços deverão corresponder aos consignados em Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho vigente no Estado do Amapá.

4.12. Os serviços deverão ser executados com fornecimento de materiais e equipamentos necessários à viabilização da execução, conforme legislação vigente, todos estes a cargo da Contratada.

4.13. Os serviços especificados neste documento não excluem outros similares que porventura se façam necessários para boa execução das tarefas ora licitadas.

4.14. Além dos requisitos mínimos supracitados para cada atividade profissional, todos devem ainda apresentar os seguintes requisitos:

4.14.1. Os profissionais devem ser educados, higiênicos, dinâmicos, ter iniciativa e agilidade no trabalho a ser executado, atender com presteza às solicitações, ter responsabilidade com as atividades desenvolvidas, agir com discrição e bom senso, expressar-se de maneira clara e objetiva, orientar de maneira precisa, demonstrar capacidade de se antecipar às necessidades dos clientes e evidenciar iniciativa.

4.14.2. Os profissionais deverão demonstrar competência laboral com a área do serviço, manter a postura, aplicar os ensinamentos do treinamento/reciclagem quando ministrado pela Contratada, evidenciar atenção, indicar espírito de equipe e paciência, manter o autocontrole, organizar-se, ser prestativo, aceitar ideias, estar atualizado, ser desinibido, demonstrar senso de discrição e responsabilidade.

4.14.3. Ser pontual e permanecer no posto de trabalho determinado, ausentando-se apenas quando substituído(a) por outro(a) ou quando autorizado pela chefia.

4.14.3. Apresentar-se devidamente uniformizado(a) e asseado(a).

4.14.4. Manter-se com cabelos presos.

4.14.5. Observar normas de comportamento profissional e técnicas de atendimento ao público, bem como cumprir as normas internas do órgão.

4.14.6. Zelar pela preservação do patrimônio do IFAP, sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho, solicitando a devida manutenção, quando necessário.

4.14.7. Guardar sigilo de assunto pertinente ao serviço.

4.14.8. Proibir qualquer aglomeração de pessoas no posto, comunicando o fato ao supervisor, em caso de desobediência.

4.14.9. Assumir o posto com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho.

4.10.10. Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos de emergenciais.

4.14.11. Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização.

4.14.12. Levar ao conhecimento do Encarregado/preposto, imediatamente, qualquer informação considerada importante.

4.14.13. Ocorrendo desaparecimento de material, comunicar o fato imediatamente à chefia, lavrando posteriormente a ocorrência por escrito.

4.14.14. Não participar, no âmbito da Contratante de grupos de manifestações ou reivindicações evitando espalhar boatos ou tecer comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a outras pessoas.

4.14.15. Outros aspectos relevantes e necessários ao fiel cumprimento das tarefas, no que couber.

• **DAS ATRIBUIÇÕES GERAIS DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS**

4.15. A mão de obra contratada, nos termos da Portaria nº 3233/2012 - DG/DPF, DE 10 de dezembro de 2012 e suas alterações, em atendimento à legislação trabalhista específica e demais normas, deverá desempenhar as atribuições inerentes a seus cargos, observado, no mínimo, o seguinte:

4.15.1. Comunicar imediatamente à Administração, bem como os responsáveis pelo posto, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias;

4.15.2. Manter afixado no posto, em local visível, o número do telefone da Delegacia de Polícia da Região, do Corpo de Bombeiros, dos responsáveis pela administração da instalação e outros de interesse, indicados para o melhor desempenho das atividades;

4.15.3. Observar a movimentação de indivíduos suspeitos nas imediações do posto, adotando as medidas de segurança conforme orientação recebida da Administração, bem como aquelas que entenderem oportunas;

4.15.4. Permitir o ingresso nas instalações somente de pessoas previamente autorizadas e identificadas;

4.15.5. Fiscalizar a entrada e saída de veículos nas instalações, identificando o motorista e anotando a placa do veículo, inclusive de pessoas autorizadas a estacionar seus carros particulares na área interna da instalação, mantendo sempre os portões fechados, quando for o caso;

4.15.6. Repassar para o(s) vigilante(s) que estiverem assumindo cada posto, quando da rendição, todas as orientações recebidas e em vigor, bem como eventual anormalidade observada nas instalações e suas imediações;

4.15.7. Comunicar à Administração todo e qualquer acontecimento entendido como estranho às rotinas, que possa vir representar risco para o patrimônio do órgão, a seus servidores, aos funcionários terceirizados e demais usuários que estejam na área de abrangência do órgão;

4.15.8. Colaborar com as Polícias Federal, Civil e Militar nas ocorrências de ordem policial dentro das instalações do IFAP, facilitando no que for possível a atuação delas, inclusive na indicação de testemunhas presenciais de eventual acontecimento;

4.15.9. Controlar rigorosamente a entrada e saída de pessoas após o término de cada expediente de trabalho, feriados e finais de semana. Nas últimas condições permitir acesso somente por autorização por escrito do responsável designado pela Administração, anotando em documento próprio nome, registro ou matrícula, cargo, órgão de lotação e tarefa a executar;

4.15.10. Proibir o ingresso de vendedores, ambulantes e assemelhados nas instalações, sem que estes estejam devida e previamente autorizados pela Administração ou responsável pela instituição;

4.15.11. Proibir aglomeração de pessoas junto ao posto, comunicando o fato ao responsável pela instalação e à Administração, no caso de desobediência;

4.15.12. Proibir todo e qualquer tipo de atividade comercial junto ao posto e imediações, que implique ou ofereça risco à segurança dos serviços e das instalações;

4.15.13. Proibir a utilização do Posto para guarda de objetos estranhos no local, de bens de servidores, de empregados ou de terceiros;

4.15.14. Executar a(s) ronda(s) diária(s) conforme a orientação da Administração verificando as dependências das instalações, adotando os cuidados e providências necessários para o perfeito desempenho das funções e manutenção da tranquilidade;

4.15.15. Assumir diariamente o posto, devidamente uniformizado, barbeado, cabelos aparados, limpos e com aparência pessoal adequada;

4.15.16. Manter o(s) vigilante(s) no posto, não devendo se afastar(em) de seus afazeres, principalmente para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros não autorizadas;

4.15.18. Registrar e controlar, juntamente a Administração dos Campi e Reitoria, diariamente, a frequência e a pontualidade de seu pessoal, bem como as ocorrências do Posto em que estiver prestando seus serviços;

4.15.19. A programação dos serviços será feita periodicamente, conforme cada Campi de prestação das atividades, e os serviços deverão ser cumpridos, pela Contratada, com atendimento sempre cortês e de forma a garantir as condições de segurança das instalações, dos servidores e das pessoas em geral;

4.15.20. Os serviços a serem contratados compreendem a elaboração, sem ônus extra para o IFAP, de "Plano de Segurança" para as dependências a serem vigiadas, nos estritos limites da legislação federal específica sobre segurança;

4.15.21. O "Plano de Segurança" será obrigatoriamente elaborado, contemplando apenas os recursos e equipamentos existentes nas dependências do IFAP e os fornecidos pela Empresa Contratada;

4.15.22. O "Plano de Segurança" será obrigatoriamente entregue, pela Empresa Contratada ao IFAP, conforme o Campi de prestação do serviço, em 15 (quinze) dias após a data de assinatura do contrato.

• CARACTERÍSTICAS DOS POSTOS

4.16. POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA FIXA

4.16.1. O posto de vigilância armada tem o objetivo de supervisionar, controlar, vistoriar e garantir a segurança do local e o fluxo de entrada e saída de veículos e de pessoas;

4.16.2. O desempenho da função de vigilância impõe, como condição essencial para eficiência da atividade, o completo conhecimento da atividade, que se inicia nos cursos de formação e capacitação na área de segurança privada;

4.16.3. Requisitos básicos para execução da atividade:

4.16.3.1. Conhecimento da atividade: o desempenho da função de vigilante impõe, como condição essencial para eficiência da atividade, o completo conhecimento da atividade privada. Esse conhecimento tem origem no prévio preparo técnico-profissional do vigilante, decorrentes de cursos de formação e reciclagem na área de vigilância e se complementa com o interesse do vigilante em se aprimorar na área de atuação continuamente;

4.16.3.2. Conhecimento do local de atuação: compreende o conhecimento de todos os aspectos físicos, organizacionais e rotineiros, por parte do vigilante, do local designado para o exercício da função de vigilância, assegurando a familiarização indispensável ao melhor desempenho operacional;

4.16.3.3. Postura: atitude, compondo a apresentação pessoal e a postura no exercício das atividades, influencia decisivamente na confiabilidade do público em relação à capacidade técnica da vigilância patrimonial e mantém elevada a autoridade do vigilante, facilitando-lhe em consequência, o desempenho de suas atribuições;

4.16.3.4. Comportamento na ocorrência: o caráter impessoal e imparcial da ação da vigilância patrimonial revela a natureza eminentemente profissional da atuação, em qualquer ocorrência, a atuação deve ser revestida de respeito, conhecimento sobre o que esta fazendo, autoridade compatível com a necessidade e isenção de julgamento ou posicionamento;

4.16.4. Requisitos básicos de formas de atuação:

4.16.4.1. **Averiguação:** refere-se ao empenho da vigilância patrimonial, visando à contratação do grau de tranquilidade e normalidade desejável num determinado local ou à análise de indícios, que poderão conduzir as providências subsequentes;

4.16.4.2. **Orientação:** considerado umas das mais importantes atribuições da vigilância patrimonial, refere-se ao ato de prevenir a ocorrência de infração através do esclarecimento das regras e dos procedimentos de segurança a serem seguidos;

4.16.4.3. **Assistência:** Refere-se a todo auxílio prestado pelo vigilante às pessoas da Organização ou visitantes, de forma preliminar e eventual;

4.16.4.4. **Advertência:** é o ato de abordar uma pessoa (aluno, servidor, prestador de serviço, visitante ou desconhecido) encontrada em conduta irregular, de acordo com as normas e procedimentos da Organização, buscando a mudança de sua atitude, a fim de evitar o cometimento de uma infração ou atitude que coloque em risco sua segurança ou a de outros;

4.16.4.4. **Intervenção:** ação da vigilância patrimonial sobre uma ocorrência em curso ou prestes a ocorrer com intuito de estabelecer o controle da situação;

4.16.4.5. **Registro de ocorrência:** refere-se ao ato de registrar por escrito uma ocorrência identificada ou informada, retratando aspectos essenciais, para fins de medidas administrativas e estatísticas. O vigilante ao registra particularidades de uma ocorrência atendida, deve primar pela imparcialidade, somente mencionando circunstâncias relevantes constatadas, não expressando conclusões pessoais.

4.17. POSTO DE VIGILÂNCIA ARMADA MOTORIZADA

4.17.1. A ronda motorizada consiste na utilização de veículo (motocicleta), a ser fornecida pela Contratada, composta de equipe formada por 2 (dois) vigilantes da empresa Contratada, onde no mínimo 1(um) deles terá que ter habilitação para possível condução de veículo automotor, específica para realizar o patrulhamento nos locais definidos pela Administração do IFAP, além de ficarem à disposição para o atendimento das diversas ocorrências em apoio da segurança do Instituto;

4.17.2. Os veículos automotores que serão utilizados nas rondas deverão ser motocicletas e/ou outro veículo qualquer compatível com a prestação do serviço;

4.17.3. O veículo utilizado na ronda motorizada, quando aprovado pelo IFAP, poderá ser conduzido por vigilante contratado devidamente habilitado;

4.17.4. A área estimada para ronda motorizada é de cerca de 15 hectares, sendo que no momento da contratação serão estabelecidos os cronogramas de ronda e a área real;

4.17.5. Informações complementares acerca da ronda motorizada:

4.17.5.1. **Vigilância Patrimonial Motorizada** - As rondas motorizadas são serviços móveis de fiscalização e vigilância, com emprego de veículos automotores, que tem por finalidade cobrir os espaços vazios existentes entre pontos fixos de segurança. São diligências que o vigilante realiza para verificar irregularidades;

4.17.5.2. A atividade de vigilância patrimonial se caracteriza pelo emprego de veículos motorizados, carro ou moto (no caso desta contratação, existe a preferência por motocicleta), nas atividades de ronda da vigilância patrimonial. Para pleno atendimento da necessidade da vigilância patrimonial motorizada, o veículo a ser empregado nessa atividade deve ser caracterizado e equipado para tal; Por caracterização entende-se a pintura e identificação do veículo de forma que sua presença seja facilmente percebida pelas pessoas presentes nas proximidades como sendo um veículo da segurança patrimonial. O veículo também deve ser equipado com uma estação de rádio que permita contato direto com a central de operações da segurança, quando couber;

4.17.5.3. A vigilância patrimonial móvel permite a cobertura mais ampla da área a ser vigiada e deslocamentos rápidos em casos de emergências, além de que a presença ostensiva e constante do veículo da segurança tem efeito dissuasivo, servindo como inibidor de ações criminosas;

4.17.5.4. Atividades da vigilância patrimonial motorizada - Rondas ostensivas no perímetro e interiores das instalações; - Paradas em pontos estratégicos - ponto base (de grande circulação de pessoas), efeito psicológico; - Na cobertura de áreas de risco elevado - Na cobertura de eventos especiais; - Averiguações de anormalidades - Pronta resposta sistema de alarmes; - Atendimentos emergenciais.

4.17.5.5. Considerações na vigilância patrimonial motorizada - O veículo caracterizado (identificado como sendo da segurança patrimonial) é mais visível do que o próprio vigilante que o conduz, portanto, é altamente representativo para imagem da segurança patrimonial, devendo ser conduzido ou estacionado com total observância das regras de trânsito, servindo, em consequência, como exemplo aos demais;

4.17.5.6. Para que a viatura apresente aspectos inquestionáveis de que se encontra em serviço de vigilância patrimonial, é necessário que se observe rigorosamente o binômio "baixa velocidade" e "postura/atitude" de observação dos ocupantes;

4.17.5.7. O veículo, quando utilizado em rondas, o seu deslocamento deverá ser em velocidade reduzida, para possibilitar a observação do vigilante e proporcionar o efeito da ação presença para a população;

4.17.5.8. Ao parar nos pontos bases, a viatura deverá estacionar em local que seja facilmente avistada e de fácil saída para mais de uma direção. Ao estacionar nos pontos bases, o(s) vigilante(s) ocupante(s) deve(m) desembarcar, pois a exibição do vigilante próximo ao veículo aumenta a ação presença. À noite, este procedimento evita que o vigilante seja vencido pelo sono;

4.17.5.9. A ronda com veículo, não é um mero deslocamento, para se atingir uma determinada quilometragem num determinado espaço de tempo e sim uma atividade de observação móvel, que busca identificar e analisar situações suspeitas e de criar uma sensação de presença da segurança patrimonial junto a população;

4.17.5.10. O veículo da vigilância patrimonial móvel, não deve ser utilizado para transporte de materiais ou produtos, principalmente alimentação, exceto em caso de emergência ou com a devida autorização da chefia;

4.17.5.11. O veículo da vigilância patrimonial móvel, na atividade de ronda, não deve dar carona a pessoas que não pertençam a equipe da segurança patrimonial, exceto em caso de emergência ou com a devida autorização da chefia;

4.17.5.12. Manutenção do veículo da vigilância patrimonial móvel - A manutenção básica do veículo da vigilância patrimonial móvel é de responsabilidade das equipes da vigilância ostensiva, que na passagem de serviço, devem passar a viatura em plenas condições de uso e conservação;

4.17.5.13. O veículo deve ser inspecionado a cada troca de turno, seguindo check-list previsto para tal. As irregularidades devem ser corrigidas e as alterações devem ser registradas em relatório de ocorrência;

4.17.5.14. Os condutores do veículo devem estar sempre atentos aos desgastes excessivos ou anormais dos pneus, que quase sempre está relacionado a uso inadequado (arrancadas e freadas bruscas, excesso de velocidades nas curvas, uso impróprio dos freios, etc);

4.17.5.15. Cuidados especiais devem ser dispensados com intuito de se evitar danos a lataria (amassados, arranhões, manchas) e aos bancos (manchas, rasgados, quebra de peças), quando for o caso;

4.17.5.16. A correta manutenção e uso do veículo pela vigilância patrimonial, evidencia o grau de profissionalismo e comprometimento dos colaboradores que compõem a equipe da segurança patrimonial.

- **FARDAMENTO (UNIFORME COMPLETO), EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS COMPLEMENTARES**

4.18. A empresa deverá manter os funcionários devidamente identificados por meio do uso de crachás da empresa e uniformizados de forma condizente com o serviço a executar, fornecendo-lhes uniformes novos, completos e materiais dentro dos padrões de eficiência e higiene, de acordo com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho da categoria, bem como substituir os materiais quando vencidos ou apresentarem defeito, não podendo ser repassados os custos aos seus empregados;

4.19. A empresa deverá entregar os uniformes ao empregado, no prazo de até 15 (quinze dias), após a assinatura do contrato, no tamanho correspondente, devendo realizar os ajustes, se necessário, sem custo para o empregado;

4.20. A empresa deverá, necessariamente, comprovar a entrega dos uniformes, mediante a apresentação, ao fiscal da Contratante, de recibos nominais, em até 5 (cinco) dias a contar da entrega, devidamente assinados pelos beneficiários dos uniformes;

4.21. Todos os uniformes estarão sujeitos à prévia aprovação do Contratante, devendo a Contratada submeter amostra do modelo, cor e qualidade do material de cada peça que compõe o conjunto de uniforme para aprovação, resguardando-se ao Contratante o direito de exigir a substituição daqueles julgados inadequados;

4.22. Não poderá ser exigido, do funcionário, o uniforme usado quando da entrega dos novos, e nem quando do término do Contrato;

4.23. Para efeito de verificação de inexecutabilidade da proposta, em se tratando de insumos, o Pregoeiro auxiliado pela Equipe de Apoio, poderá solicitar esclarecimentos complementares ou adotar os seguintes procedimentos:

4.23.1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexecutabilidade;

4.23.2. Pesquisa de preços com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos e fabricantes;

4.23.3. Verificação de notas fiscais dos produtos adquiridos pelo proponente;

4.23.4. Demais verificações que se fizerem necessárias;

4.24. A contratada deverá disponibilizar materiais, uniformes, equipamentos e seus complementos à mão de obra envolvida, para cada vigilante, durante toda a vigência do contrato e quando necessária sua substituição, conforme o mínimo a seguir descrito, de acordo com o clima da região e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.

4.25. Caso seja necessário, outros acessórios e/ou equipamentos poderão ser utilizados no desempenho das atividades, desde que a Contratante concorde;

4.26. A eventual falta de bem, equipamento ou uniforme, devidamente discriminados nas tabelas I, II e III, deverá ser imediatamente suprida, no que concerne ao tipo ou quantidade, pela alocação de reserva técnica, constituída para garantir o fornecimento ininterrupto do serviço contratado;

4.27. Os materiais deverão estar em perfeito estado de conservação e funcionamento, com qualidade e tecnologia adequadas.

TABELA I - FARDAMENTO (UNIFORME COMPLETO)		
POSTOS FIXOS E MOTORIZADOS – TOTAL ANUAL DE 66 FUNCIONÁRIOS		
DESCRIÇÃO DO MATERIAL/UTENSÍLIO	UND	ESTIMATIVA ANUAL POR FUNCIONÁRIO
Calça, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	2
Camisa manga curta, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	2
Camisa manga longa, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	2
Cinto de nylon, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1

Sapato, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	PAR	2
Meia, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	PAR	4
Boné com emblema da empresa, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
Jaqueta de frio ou japona, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
Capa de chuva, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
Crachá, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	PAR	1

TABELA II – COMPLEMENTO DO UNIFORME (MATERIAIS E EQUIPAMENTOS)

POSTOS FIXOS E MOTORIZADOS – TOTAL ANUAL DE 33 POSTOS

DESCRIÇÃO DO MATERIAL/UTENSÍLIO	UND	ESTIMATIVA ANUAL POR POSTO
Revólver calibre 38, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
Cinto com coldre e baleiro, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
Munição calibre 38, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
Colete balístico, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
Distintivo tipo broche, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	2
Livro de ocorrência, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1

Cassetete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
Porta cassetete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
Apito com cordão, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	2
Lanterna 3 pilhas, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
Pilhas para lanterna, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	4
Rádio comunicador profissional até 56km, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	1
TABELA III – VEÍCULO, UTENSÍLIOS E INSUMOS PARA RONDA MOTORIZADA		
APENAS POSTOS MOTORIZADOS – TOTAL ANUAL DE 2 POSTOS		
DESCRIÇÃO DO MATERIAL/UTENSÍLIO	UND	ESTIMATIVA ANUAL POR POSTO
Motocicleta, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações*	UND	1
Capacete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	UND	2
Luva segurança, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	PAR	2
Joelheira, tipo soquete, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	PAR	2
Cotoveleira, nos termos da Portaria 3.233/2012 – DG/DPF, de 10/12/2012 e alterações.	PAR	2
Gasolina (abastecimento)**	LT	1000

Manutenção preventiva e corretiva***	SERV.	1
--------------------------------------	-------	---

4.28. A empresa contratada deverá seguir o padrão estipulado pelo IFAP, em consonância ao disposto na Portaria 3.233/2012 – DG/DPF de 10/12/2012 e suas alterações, no que couber, observando as demais normas pertinentes, devendo conter as características mínimas no que se refere à quantidade e qualidade dos insumos necessários para o desenvolvimento dos serviços, observando os valores estimados no termo de referência e quantitativos, conforme tabelas I, II e III, apresentadas acima.

• QUALIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.29. Para o atendimento da necessidade, a empresa a ser contratada deverá possuir as seguintes qualificações técnicas:

4.29.1 Autorização de funcionamento para atuar como prestadora de serviço de vigilância no âmbito do estado do Amapá ou revisão da autorização de funcionamento com mais de 1 (um) ano de funcionamento, nos termos da lei nº 7.102/83, regulamentada pelo decreto nº 89.056/83, pela portaria DPF/MJ nº 387/06 do Ministério da Justiça e alterações e modificações posteriores.

4.29.2. Certificado de segurança emitido pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal-DPF, de acordo com a portaria nº 387/06 do Ministério da Justiça e alterações e modificações superiores.

4.29.3. SICAF;

4.29.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

4.29.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php.)

4.29.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

4.29.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual o sócio majoritário.

4.30. Para comprovação da Qualificação Técnico-Operacional são necessários os seguintes documentos:

4.30.1. 01 (um) atestado (declaração), no mínimo, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da LICITANTE, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo de Referência, de forma satisfatória, demonstrando que a mesma gerencia ou gerenciou serviços de natureza similar;

4.30.2. Os atestados de capacidade técnico-operacional deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da LICITANTE, especificadas no Contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas Jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB;

4.30.3. O atestado (declaração) deverá comprovar que a LICITANTE gerencia serviços de terceirização compatíveis com o objeto licitado por período não inferior a 3 (três) anos, até a data da abertura da sessão pública da licitação;

4.30.4. Para a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos será aceito o somatório de atestados (declarações), sendo que os mesmos deverão contemplar execuções em períodos distintos (períodos concomitantes serão computados uma única vez) e terem sido expedidos após a conclusão dos contratos ou decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior;

4.30.5. A fim de comprovar os requisitos acima, a CONTRATADA, caso julgue necessário, poderá encaminhar, juntamente com o(s) atestado(s) (declarações), cópias de contratos, Ordens de Serviços (devidamente assinadas), Notas de Empenho, Notas Fiscais/Faturas ou outros documentos equivalentes;

4.31. Todos os documentos de habilitação encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ;

4.32. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz;

4.33. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

• HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.31. Para o atendimento da necessidade, a empresa a ser contratada deverá possuir as seguintes habilitações jurídicas:

4.31.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

4.31.2. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.31.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

4.31.4. Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

4.31.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País; (itens não exclusivos);

4.32. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva

• REGULARIDADE FISCAL TRABALHISTA

4.33. Para o atendimento da necessidade, a empresa a ser contratada deverá possuir as seguintes regularidades fiscais e trabalhistas:

4.33.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

4.33.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

4.33.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

4.33.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

4.33.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

4.33.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

4.33.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

4.33.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

4.33.9. A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e /ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

- **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

4.34. Os critérios de qualificação econômico-financeiras serem atendidos pelo fornecedor deverão estar previstos no edital;

- **CRITÉRIO DE PAGAMENTO**

4.35. Nos termos do art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, será adotado o critério de pagamento por meio da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 por tratar-se de uma sistemática que já encontra-se difundida e implementada por diversos órgãos e entidades, inclusive no IFAP. E nos termos do §2º do Art. 18 da IN SEGES/MP N. 5/2017, a adoção de controle de pagamento por meio da conta vinculada em detrimento ao fato gerador justifica-se com base na avaliação da relação custo-benefício, conforme abaixo:

4.35.1. A Conta Vinculada – Bloqueada para Movimentação e o Pagamento pelo Fato Gerador mostram-se como alternativas úteis para resguardar o erário, cabendo a cada órgão/entidade contratante optar por uma das duas alternativas, adotando aquela que lhe parecer mais possível;

4.35.2. Tais metodologias se distinguem pelo fato de que no pagamento pelo Fato Gerador ocorre a autorização dos pagamentos destinados às férias, 13º salário, ausências legais e verbas rescisórias na medida da ocorrência do fato gerador; enquanto que na Conta Vinculada ocorre a liberação de valores provisionados pela contratante, em conta vinculada, aberta em nome da contratada, para pagamento das férias, 13º salário e verbas rescisórias. Sendo que essas metodologias trouxeram para a administração pública um encargo para o qual, na maioria das vezes, ela, através dos fiscais de contratos de terceirização, não está preparada para exercer;

4.35.3. Diante disso, o IFAP, atualmente, já possui procedimentos consolidados para se utilizar do controle por meio da conta vinculada, sendo que o pagamento pelo fato gerador deverá ainda ser devidamente estudado e analisado pela administração para sua possível implantação, considerados os diversos aspectos de estrutura, fluxos e pessoas;

4.36. Com a conta vinculada, a contratada não pode movimentá-la, a não ser com expressa autorização da administração. Os recursos ficam, então, na prática, “guardados”, com a garantia de que, no momento em que se tornarem necessários, eles existem e poderão ser utilizados exclusivamente com essa finalidade. A contratada notificará a administração sobre a necessidade de utilização dos recursos depositados na conta, apresentando a documentação hábil a comprovar essa necessidade. Após a devida conferência, a administração autoriza a movimentação, a contratada faz a quitação de suas obrigações e apresenta os comprovantes. Não existirá mais, assim, o risco da contratada receber o valor, utilizá-lo indevidamente e, no momento da quitação de suas obrigações para as quais esses valores se destinavam, comunicar à administração não ter recursos para isso.

- **DEFINIÇÃO E JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS**

4.37. O serviço a ser contratado, enquadra-se na categoria de serviços de natureza comum que são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado (Art. 6º, XIII, 14.133/2021).

4.38. O serviço será prestado continuamente, pois visa atender à necessidade dos campi do IFAP de forma permanente e ininterrupta, por mais de um exercício financeiro, de forma que assegure a integridade do patrimônio.

4.39. O serviço de vigilância é considerado “serviço continuado”, uma vez que se enquadra na definição constante no art. 15 da IN SEGES/MPDG nº 05/2017.

4.40. Nos termos do Art. 106 da Lei 14.133/21, a Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes:

I - a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;

II - a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção;

III - a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

§ 1º A extinção mencionada no inciso III do caput deste artigo ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e não poderá ocorrer em prazo inferior a 2 (dois) meses, contado da referida data.

4.41. Nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/21, os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a **vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital** e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

- **VIGÊNCIA DO CONTRATO**

4.42. Por tratarem-se de serviços de natureza contínua, os quais devem ser prestados permanentemente, devido à sua essencialidade ao bom funcionamento da instituição, propõe-se que a futura contratação de serviços de vigilância patrimonial armada, seja firmada com a usual vigência inicial de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por interesse das partes até o limite 10 (dez) anos, conforme art. 106 e 107 da Lei 14.133/21, observadas as diretrizes estabelecidas.

5. Cálculo de Dias Úteis e Feriados

5.1. Para efeito de cálculo de dias úteis e feriados, considerou-se o número de dias compreendidos entre o período de 01/10/2024 a 01/10/2025.

Ord	MÊS /REFERÊNCIA	Total de dias /mês	DETALHAMENTO DE DIAS/MÊS			
			Nº de dias 2ª a 6ª feira	Nº de sábados	Nº de domingos	Nº de feriados**
1	Outubro/2024*	31	23	4	4	1
2	Novembro/2024	30	21	5	4	3
3	Dezembro/2024	31	22	4	5	1
4	Janeiro/2025	31	23	4	4	1
5	Fevereiro/2025	28	20	4	4	0
6	Março/2025	31	21	5	5	1
7	Abril/2025	30	18	4	4	1
8	Maió/2025	31	22	5	4	2
9	Junho /2025	30	21	4	5	0
10	Julho/2025	31	23	4	4	0
11	Agosto/2025	31	21	5	5	0
12	Setembro/2025	30	22	4	4	2
TOTAL		365	257	52	52	12
* Previsão para início da prestação dos serviços ** Feriados Estaduais e Nacionais						

6. Levantamento de Mercado

6. 1. Além de realizar amplo estudo da contratação anterior da Instituição, de maneira a identificar os pontos fortes e fracos no contrato em execução, a equipe de planejamento realizou ampla análise de mercado e de outras licitações de órgãos da administração federal, tendo sido constatado o sucesso das contratações similares.

6.2. Para a contratação de serviços de vigilância, tanto as empresas como os tomadores de serviços, e em especial os órgão públicos, efetivam a contratação de forma semelhante à que se pretende-se adotar, cumprindo as respectivas exigências legais, normativas e editalícias.

CONTRATAÇÕES SIMILARES FEITAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
OBJETO	ÓRGÃO	HOMOLOGAÇÃO	RAZÃO SOCIAL CONTRATADA	FORMA
Contratação de serviços de especializada na serviços de vigilância ostensiva armada nos períodos diurno e noturno em regime de 12X36 a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra para atender a subcomissão da Borborema - PREGÃO 90009/2024	UASG 158281 - INST. FED.DA PARAIBA /CAMPUS CAMPINA GRANDE	20/05/2024	ARSENAL - SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ 10.533.299 /0001-01	SRP - Registro de Preço
Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços terceirizados de vigilância armada, para atender as necessidades do IFRS Campus Bento Gonçalves - PREGÃO 90003/2024	UASG 158141 - INST. FED.DE EDUC., CIENC.E TEC.DO R GRANDE SUL	20/05/2024	ARSENAL - SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ 10.533.299 /0001-01	SRP - Registro de Preço
Contratação de Empresa especializada na prestação de serviços de Vigilância Armada, para atender o Campus Medianeira da UTFPR e o Parque Científico e Tecnológico		03/05/2024	PRADA SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ	

(CienTech), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos - PREGÃO 90003/2024	UASG 153029 - UTFPR - CAMPUS MEDIANEIRA		17.249.507 /0001-86	SRP - Registro de Preço
Prestação do serviço de vigilância armada, executado de forma indireta e contínua, com o fornecimento de toda a mão de obra, equipamentos de segurança pertinentes à atividade, EPI's e demais ferramentas necessárias à execução dos serviços, para sede da Superintendência da Polícia Rodoviária Federal em Mato Grosso conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos - PREGÃO 90002/2024	UASG 200120 - SUPERINTENDENCIA REG. POL. RODV. FEDERAL-MT	03/05/2024	RG SEGURANCA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ 13.019.295 /0009-47	SRP - Registro de Preço
Serviços contínuos integrados de vigilância e segurança patrimonial armada, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos - PREGÃO 5 /2023	UASG 240123 - LABORATORIO NAC. DE COMPUTACAO CIENTIFICA-RJ	15/05/2024	CONQUISTA VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ 11.804.114 /0001-00	SRP - Registro de Preço

6.3. Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas neste estudo Técnico Preliminar, conforme informações apresentadas no quadro acima.

7. Descrição da solução como um todo

7.1 Os serviços a serem prestados compreendem atividades de vigilância patrimonial armada, fixa e motorizada, diurna e noturna, de forma continuada, com fornecimento de uniformes (fardamento completo), complemento do uniforme (equipamentos e utensílios ostensivos e de segurança), veículo (motocicleta) e equipamentos próprios para os postos motorizados, e demais materiais necessários para as categorias fixadas pela Administração, cuja mão de obra atenda aos requisitos

mínimos de qualificação profissional e capacitação para o desempenho das atribuições concernentes às suas funções, conforme as condições e normas internas da Instituição, observada a Convenção Coletiva de Trabalho – CCT/Dissídio Coletivo de Trabalho, e legislação pertinente.

7.2. Diante do resultado da busca em contratações similares feitas por outros órgãos, considera-se viável para esta contratação a realização de Pregão Por Sistema de Registro de Preço – SRP, tendo em vista a(s) hipótese(s) prevista(s) nos incisos I, II e III do artigo 3º do Decreto 7.892/2013, bem como outras vantagens decorrentes deste procedimento licitatório, como: efetivar a contratação somente quando houver necessidade, ou seja, os órgãos participantes realizam um planejamento para o período de vigência determinado; proporciona a redução de número de licitações; as contratações ficarão mais ágeis, pois a licitação já estará realizada, as condições de execução estarão ajustadas e os preços, respectivos fornecedores e condições já estarão definidos; economia de escala que é obtida em razão do grande quantitativo licitado; maior transparência dos procedimentos adotados, pois são monitorados por todos os agentes envolvidos.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS ESTIMADOS DOS SERVIÇOS

DEMANDA CAMPUS MACAPÁ		
DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNID MEDIDA	QUANT.
Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	POSTO /ANO	3
Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	POSTO /ANO	3
DEMANDA CAMPUS AVANÇADO DE OIAPOQUE		
Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	POSTO /ANO	1
Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	POSTO /ANO	2
DEMANDA CAMPUS SANTANA		

Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	POSTO /ANO	3
Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	POSTO /ANO	3
DEMANDA CAMPUS PORTO GRANDE E C.R. EAD DE PEDRA BRANCA		
Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	POSTO /ANO	5
Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	POSTO /ANO	5
Vigilância diurna motorizada - 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Posto para o Campus Porto Grande.	POSTO /ANO	1
Vigilância noturna motorizada - 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados motorizados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas. *Posto para o Campus Porto Grande.	POSTO /ANO	1
DEMANDA CAMPUS LARANJAL DO JARI		
Vigilância diurna – 12 (doze) horas diurnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	POSTO /ANO	3
Vigilância noturna – 12 (doze) horas noturnas, de segunda-feira a domingo, envolvendo 2 (dois) vigilantes armados em turnos de 12 (doze) por 36 (trinta e seis) horas.	POSTO /ANO	3
TOTAL DE POSTOS		33

8.1 . Para alcance do quantitativo estimado dos serviços foi considerada a análise da contratação anterior. No último processo de contratação foram registrados 33 postos 12x36 (totalizando 66 vigilantes). Contudo, houve a necessidade de SUPRIMIR 44,55% do valor do contrato referente aos postos do campus Porto Grande, em virtude da diminuição do da Lei Orçamentária Anual (LOA 2023), constante na Matriz de Distribuição Orçamentária Anual dos Institutos Federais, nos termos da Portaria MEC nº 646, de 25 de agosto de 2022. No cenário atual, pretende-se, considerando a

readequação orçamentária e interna da Instituição, bem como o enxugamento de algumas atividades, a contratação de 33 postos (totalizando 66 vigilantes), necessários para atender as demandas em sua totalidade.

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 6.530.857,52

9.1. Em atenção a Publicação da Portaria nº 21.262, de 23 de setembro de 2020, que dispõe sobre os procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em condições ditas ordinárias, ou seja, aquelas que atendam às condições mais básicas existentes, conforme dispõe o art. 5º.

Art. 5º Os procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços que serão estabelecidos nos Cadernos de Logística considerarão apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação.

9.2. Esta portaria revoga a Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017, que indicava valores referenciais para cada posto.

9.3. Ressalta-se que até a presente data, ainda não foram publicados novos cadernos de logística, estando disponível apenas a versão de 2014, que ainda considera os limites da Portaria nº 213, de 25 de setembro de 2017.

9.4. Informamos, que diante da indisponibilidade de Caderno de Logística para orientação de procedimentos referenciais, esta administração fez o cálculo com base na Planilha de Formação de custos, contida no Anexo VII – B da IN Nº 05/2017.

9.5. Assim, segue valores para cada unidade demandante:

ITEM	Serviços	Turno	Qtde. de Postos	Valor Mensal Unitário Posto (R\$)	Valor Mensal Total (R\$)	Valor Anual Total (R\$)
CAMPUS MACAPÁ	Vigilância Armada 12x36 h	Diurno	3	15.100,59	45.301,76	543.621,07
		Noturno	3	17.715,39	53.146,17	637.754,10
1	TOTAL MÃO DE OBRA (R\$)				98.447,93	1.181.375,16
CAMPUS A. OIAPOQUE	Vigilância Armada 12x36 h	Diurno	1	15.100,59	15.100,59	181.207,02
		Noturno	2	17.715,39	35.430,78	425.169,40
2	TOTAL MÃO DE OBRA (R\$)				50.531,37	606.376,42
CAMPUS SANTANA	Vigilância Armada 12x36 h	Diurno	3	15.100,59	45.301,76	543.621,07
		Noturno	3	17.715,39	53.146,17	637.754,10
3	TOTAL MÃO DE OBRA (R\$)				98.447,93	1.181.375,16
		Diurno	5	15.100,59	75.502,93	906.035,11
		Noturno	5	17.715,39	88.576,96	1.062.923,50

CAMPUS PORTO GRANDE	Vigilância Armada 12x36 h	Diurno Motorizado	1	15.834,14	15.834,14	190.009,66
		Noturno Motorizado	1	18.448,94	18.448,94	221.387,34
4	TOTAL MÃO DE OBRA (R\$)				164.079,88	2.380.355,60
CAMPUS LARANJAL DO JARI	Vigilância Armada 12x36 h	Diurno	3	15.100,59	45.301,76	543.621,07
		Noturno	3	17.715,39	53.146,17	637.754,10
5	TOTAL MÃO DE OBRA (R\$)				98.447,93	1.181.375,16
					MENSAL	ANUAL
					509.955,04	6.530.857,52

9.6. Em anexo ao ETP encontra-se a Planilha de Formação de Preços utilizada para se estimar os valores das contratações.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. As compras e contratações, como regra, devem atender ao parcelamento quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso (art.40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021).

10.2. A jurisprudência do TCU está pacificada no sentido de que a regra é que a adjudicação ocorra por item, sendo a adjudicação por lote a exceção, desde que devidamente justificada a razão de sua necessidade.

10.3. Essa questão está expressa na Súmula TCU247: É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.

10.4. Esta equipe de planejamento avaliou que a solução POR UNIDADE não é divisível, não é tecnicamente e economicamente viável dividir o serviço de vigilância em um campi, em dois, noturno e diurno, e no caso do Campus Porto Grande, em quatro, diurno, noturno, motorizado diurno e motorizado noturno. Não há como termos várias empresas atuando em uma mesmo campi, prestando o mesmo serviço, sem contar que haverá perda de escala ao dividir a solução, uma vez que os materiais serão adquiridos para cada posto.

10.4.1. Ressalta-se que cada unidade terá seu grupo de serviços (postos diurno e noturno), contendo as categorias, quantidades, conforme as necessidades de cada Unidades do Ifap, garantindo a ampla competitividade para cada unidade.

10.5. Diante do exposto, por exceção, e diante da justificativa, para efeito de julgamento, o critério deverá ser Menor Preço por Grupo;

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11. Não se faz necessário proceder com contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda, visto que a contratação do serviço licitado atenderá as necessidades existentes.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

12.1.1 - PCA 2024 - 155592 - IFAP - CAMPUS SANTANA

- ID PCA no PNCP: 10820882000195-0-000001/2024
- Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- Id do item no PCA: 37
- Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA
- Identificador da Futura Contratação: 155592-1/2024

12.1.2 - PCA 2024 - 158159 - IFAP - CAMPUS MACAPÁ

- ID PCA no PNCP: 10820882000195-0-000003/2024
- Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- Id do item no PCA: 46
- Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA
- Identificador da Futura Contratação: 158159-1/2024

12.1.3 - PCA 2024 - 158160- IFAP - LARANJAL DO JARI

- ID PCA no PNCP: 10820882000195-0-000004/2024
- Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- Id do item no PCA: 46
- Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA
- Identificador da Futura Contratação: 158160-2/2024

12.1.4. PCA 2024 - 155941 - IFECT - CAMPUS PORTO GRANDE

- ID PCA no PNCP: 10820882000195-0-000005/2024
- Data de publicação no PNCP: 09/05/2023
- Id do item no PCA: 1
- Classe/Grupo: 852 - SERVIÇOS DE INVESTIGAÇÃO E SEGURANÇA

- Identificador da Futura Contratação: 155941-1/2024

13. Critérios e Práticas de Sustentabilidade

13.1. Considerando os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial, as escolhas dos materiais e da gestão da produção, podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação de empresas de serviços de vigilância.

13.2. A contratada, no que couber, deverá adotar práticas de sustentabilidade e de natureza ambiental no fornecimento, conforme requisitos constantes na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, e Portaria nº564, de 02 de dezembro de 2010, da Procuradoria Geral do Trabalho.

13.3. As licitantes deverão apresentar, quando aplicável, comprovação de enquadramento ao disposto no art. 5º, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:

Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PPBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

V. § 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.

13.4. Em observação ao art. 3º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2014 (uso da Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE), ao “Guia Nacional de Licitações Sustentáveis”, disponibilizado pela Consultoria-Geral da União, bem como ao “Guia Prático de Licitações Sustentáveis” do Ifap, a presente contratação deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade:

13.4.1. Durante a fiscalização da execução dos serviços deverá ser exigido o uso de EPIs, criando mecanismos punitivos para o devido comprometimento das empresas na fiscalização do cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho;

13.4.2. Também durante a execução dos serviços, Contratante e Contratada deverão promover junto às categorias profissionais o respeito em relação aos impactos ambientais positivos, tais: diminuição de consumo de papel e energia elétrica na Instituição;

13.4.3. Adequação e elaboração de procedimentos que possibilitem e otimizem a implementação de compras compartilhadas, o que já é uma realidade na Instituição, inclusive, na instrução desta futura contratação;

13.4.4. Aparelhos e equipamentos a serem utilizados na execução dos serviços deverão possuir a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na(s) classe(s) A, nos termos da Portaria INMETRO, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória;

13.4.5. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a utilização, na execução dos serviços, de qualquer das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDO abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

14.1. A prestação dos serviços deverá promover uma maior eficiência no desenvolvimento das atividades acessórias à Instituição, por meio de pessoal devidamente qualificado;

14.2. Por meio da capacitação técnica da categoria profissional busca-se pela qualidade e eficácia dos serviços prestados à comunidade interna e externa da Instituição;

14.3. Também busca-se, por meio dos critérios sustentáveis descritos, conscientizar os prestadores dos serviços acerca do consumo adequado energia elétrica, bem como acerca da destinação correta dos resíduos sólidos provenientes do uso e/ou desenvolvimento das atividades profissionais, dentre outros aspectos estabelecidos no item próprio de requisitos da contratação deste documento;

14.4. Com todos os requisitos descritos neste documento, pretende-se realizar a contratação de empresa não preocupada apenas com o lucro proveniente da contratação, mas envolvida e engajada em prestar serviço de qualidade e com responsabilidade socioambiental.

15. Providências a serem adotadas

15.1. Segundo o TCU, este tópico trata-se da ocupação de espaço físico pela contratada, utilização de equipamentos do órgão, instalação de links de comunicação, alocação de crachás para os funcionários da contratada e concessão de perfis de acesso a serviços do órgão, no que couber.

15.2. Desta forma, por meio desta contratação a contratada deverá assegurar os recursos materiais, utensílios e equipamentos necessários para a execução dos serviços que lhe forem demandados e utilizar as melhores práticas, capacidade técnica, materiais, recursos humanos e supervisão técnica e administrativa, para garantir a qualidade dos serviços. A contratada deverá realizar a capacitação dos funcionários no que se refere ao ambiente da organização.

15.3. Para tanto, o IFAP permitirá o livre acesso das pessoas autorizadas da Contratada, durante a execução do contrato, às dependências do órgão, desde que devidamente identificadas, proporcionando todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar, por meio dos profissionais, os serviços dentro das normas e critérios da contratação.

15.4. Por tratar-se de um serviço técnico, é importante que o Ifap designe como fiscais operacionais e administrativos servidores já com experiência neste tipo de fiscalização, ou promova a capacitação de novos fiscais para o alcance de uma fiscalização adequada e eficiente;

15.7. Segundo Jurisprudência do Tribunal de Contas da União, o Instituto deverá providenciar portaria de designação específica para fiscalização de contrato, com atestado de recebimento pelo fiscal designado e que constem claramente as atribuições e responsabilidades, de acordo com o estabelecido pela Lei 14.133/21.

15.8. O Órgão deve realizar sistematicamente o acompanhamento dos trabalhos realizados pelos fiscais; (Acórdão no 1094/2013-Plenário).

16. Possíveis Impactos Ambientais

16.1. A empresa contratada deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no inciso XII, art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 40, de 2020, que trata dos possíveis impactos ambientais da contratação de bens e serviços da Administração Pública Federal.

16.2. A Contratada deverá contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, e em conformidade com o art. 144 da Lei no 14.133 /21 e com o art. 7º inciso XII, da Instrução Normativa SEGES /ME nº 40, de 2020.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. Com base nos levantamentos de demandas, aspectos técnicos e orçamentários, critérios e soluções apresentadas, nos manifestamos pela viabilidade da licitação para contratação de serviço de vigilância.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Equipe de Planejamento da Contratação Designada pela PORTARIA Nº 894/2024 - GAB/RE/IFAP

ROSIANI SALVIANO BARROS

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação - Coordenação de Planejamento de Compras



Assinou eletronicamente em 10/07/2024 às 14:25:51.

SABRINA GAMA DOS SANTOS

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação - DIADM/PROAD



Assinou eletronicamente em 04/07/2024 às 16:43:32.

LUYGO SARMENTO GUEDES

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação - DEAP CAMPUS MACAPÁ



Assinou eletronicamente em 04/07/2024 às 18:54:36.

CASPER AUGUSTO MIRA ROCHA

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação - CAMPUS SANTANA



Assinou eletronicamente em 05/07/2024 às 14:35:12.

JHONATAN DIAS GOMES

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação - DEAP CAMPUS PORTO GRANDE



Assinou eletronicamente em 05/07/2024 às 09:51:42.

RILTON CORREA DE CARVALHO

Membro da Equipe de Planejamento da Contratação - CAMPUS LARANJAL DO JARI



Assinou eletronicamente em 04/07/2024 às 17:17:39.

Documento Digitalizado Público

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N° 16/2024

Assunto: ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR N° 16/2024
Assinado por: Sabrina Santos
Tipo do Documento: ANEXO
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

■ **Sabrina Gama dos Santos**, DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO-PROAD - CD0003 - DIADM-PROAD, em 11/07/2024 12:38:45.

Este documento foi armazenado no SUAP em 11/07/2024. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifap.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 106927
Código de Autenticação: c55590770e

